



COOPERAÇÃO SUL-SUL NO MAPA GLOBAL

2ª Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (PABA+40) reafirma compromisso com desenvolvimento sustentável

PAULO BUSS *

Chefes de Estado e de governo, altos representantes de mais de 190 países-membros das Nações Unidas, além de especialistas e ativistas de todo mundo estiveram reunidos na 2ª Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (PABA+40), que aconteceu entre os dias 20 e 22 de março em Buenos Aires, na Argentina. A reunião, considerada a maior já realizada sobre o tema no âmbito da ONU, contou ainda com 1.500 participantes, entre eles integrantes de universidades, ONGs e fundações filantrópicas, em debates promovidos a partir do tema: “O papel da cooperação Sul-Sul e a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: desafios e oportunidades”.

A segunda conferência ocorre 40 anos após o já histórico encontro que lançou, em 1978, o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), que foi a base de todo o entendimento posterior sobre como os países do Sul cooperariam entre si (veja matéria na pág. 31), com características diferentes da tradicional cooperação Norte-Sul, desde então muito mais

motivada por interesses econômicos e políticos dos países ricos do Norte em relação aos países pobres do Sul do que realmente o desenvolvimento destes últimos.

A cooperação Sul-Sul, por outro lado, é uma modalidade que promove intercâmbio de experiências, especialistas, recursos e inovações tecnológicas, além de formação de recursos humanos, com base na solidariedade e na ajuda mútua entre países, de modo a resolver problemas de desenvolvimento de seus povos e encontrar soluções para questões econômicas e, nos dias de hoje, temas ambientais e sociais que promovam a qualidade de vida de suas populações.

A sessão plenária de abertura da conferência reuniu o presidente argentino Mauricio Macri, também presidente da conferência, a equatoriana María Fernanda Espinosa Garcés, atual presidente da Assembleia Geral da ONU, António Guterres, secretário geral das Nações Unidas, Ingha Ronda King, presidente do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), Achim Steiner, administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Adonia Ayebare, presidente

designado do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, Attiya Nawazish Ali Khan, subsecretária-geral da Câmara Islâmica de Comércio, Indústria e Agricultura do Paquistão, representando o setor privado, e Vitalice Meja, diretor executivo da Reality of Aid Africa, representando a sociedade civil. O Brasil, escolhido um dos vice-presidentes da conferência, representou os estados da América Latina e Caribe. A relatoria geral foi atribuída à Estônia.

As discussões foram divididas em três grandes eixos: As vantagens comparativas e oportunidades da cooperação Sul-Sul e o intercâmbio de experiências, melhores práticas e casos exitosos; os desafios e o fortalecimento do marco institucional da cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular; a ampliação dos meios de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a partir da cooperação Sul-Sul e da cooperação triangular. Dezenas de eventos paralelos foram organizados por instituições e entidades diversas sobre os mais diferentes temas relacionados ao desenvolvimento, inclusive a saúde (ver na página XX).

Na sessão final do evento, os participantes aprovaram um documento de 12 páginas e 37 parágrafos, ocasião em que se promoveu um acalorado debate em torno de questões polêmicas, dada a natureza diversa dos participantes: países em desenvolvimento (a maioria) e desenvolvidos, grupos como a União Europeia, G77 + China, União Africana, além de demais atores como as Nações Unidas e da sociedade civil.

FOCO NA AGENDA 2030

O grande diferencial da conferência foi seu foco no desenvolvimento, particularmente na Agenda 2030 do Desenvolvimento e seus ODS, incluindo a Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA), que trata especificamente das questões de financiamento. Os compromissos assumidos entre países e grupos de países para se ajudarem mutuamente nos problemas em comum parece ter sido o grande ganho da reunião, segundo manifestaram participantes.

Por outro lado, a conferência adotou como seus os termos do Plano de Ação de Buenos Aires de 1978, reconhecendo a importância e atualidade da maioria de seus princípios e valores, assim como conclusões, recomendações e métodos de trabalho. Curiosamente, o mesmo já havia ocorrido na Conferência sobre Cuidados Primários de Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS), realizada em Astana, que da mesma forma assume os termos da também quarentona Conferência e Declaração de Alma Ata (*Radis* 195). Há muito em comum entre as duas estratégias, a cooperação Sul-Sul desde o princípio sendo referência para a colaboração entre países, visando a implementação da atenção primária em saúde.

No tocante à superação da pobreza e da pobreza extrema, foram muito valorizadas as políticas públicas de transferência de renda condicionadas — a exemplo do Bolsa Família, do Brasil — mencionado em diversas oportunidades. Como organizar o programa, identificar destinatários adequados, monitorar e avaliar, além de garantir fonte estáveis de recursos, estiveram entre as preocupações e a busca de soluções dos países que pretendem implementar esta estratégia vencedora em diversos países em desenvolvimento. Medidas eficazes de



Maurício Macri, presidente da Argentina, e Antonio Guterrez, Secretário-Geral da ONU, cumprimentam-se na abertura do evento.

redução das desigualdades econômicas e sociais experimentadas em alguns países também estiveram na pauta, ainda que localizadas em espaços regionais ou locais de menor magnitude geográfica e populacional.

PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO

Uma dimensão ressaltada no documento da conferência foi a de que, enquanto a cooperação Norte-Sul continua sendo a principal modalidade de colaboração para o desenvolvimento, nas últimas décadas a cooperação Sul-Sul expandiu seu escopo, facilitou a integração regional e forneceu abordagens inovadoras para a ação coletiva. O aprofundamento dessas estratégias foi pedido e recomendado pela maioria dos países participantes.

De fato, houve uma proliferação de mecanismos regionais de integração — casos que incluem a UNASUL, na América do Sul, a ASEAN, no Sudeste da Ásia, e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, no seu acrônimo em inglês), apenas três exemplos dos muitos que surgiram nas últimas décadas. Tais processos de integração política e técnica se deram a partir do marco da cooperação Sul-Sul e fizeram prosperar soluções comuns para os desafios do desenvolvimento em suas diversas dimensões.

Em muitas ocasiões, países do Norte, tradicionais doadores, entraram com recursos financeiros e de outra natureza para facilitar que se concretizassem os planos dos países parceiros do Sul. Esta cooperação triangular foi destacada pelos participantes como muitas vezes decisiva na implementação da cooperação Sul-Sul.

Outro processo de articulação mencionado como dimensão positiva foi a cooperação inter-regional, por meio da qual blocos de países se articulam em processos colaborativos onde todos ganham. É o caso, para citar apenas casos que envolvem a América Latina, do ASPA (processo de integração



do bloco de países da América do Sul com Países Árabes), do ASA (América do Sul-África) e do FOCALAL (Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste).

Neste cenário, os participantes lamentaram o fim da UNASUL. No último dia da conferência, numa triste coincidência, o presidente Macri encontrava-se no Chile para, com representantes de outros países da região, formalizar o fim da união e o início do ProSul (Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul). Todos os países do continente sul-americano foram convidados, com exceção da Venezuela, com o objetivo de que se integrem ao bloco. Destes, confirmaram sua participação Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guiana, Equador, Paraguai e Peru. Bolívia, Uruguai e Suriname não compareceram à cúpula, mas enviaram representantes que apenas observaram a reunião, sem firmar o documento constitutivo.

CAPACITAÇÃO E ENDIVIDAMENTO

A capacitação para o desenvolvimento foi outro tema que apareceu na conferência, como desafio e demanda. Inúmeros países apontaram suas necessidades não só de recursos financeiros — imprescindíveis — mas também de recursos humanos e tecnológicos capazes de fazer a diferença nos programas de desenvolvimento. Outra preocupação registrada no documento final da conferência se refere ao aumento nos níveis de endividamento externo dos países em desenvolvimento em todo o mundo.

Sobre o assunto, os participantes pediram aos mutuários e credores que abordassem os desafios ligados à sustentabilidade da dívida como uma questão prioritária, a fim de evitar um impacto negativo no desenvolvimento de longo

prazo e no alcance dos ODS no âmbito da Agenda 2030. Eles também reconheceram que a escassez de recursos continua a dificultar a expansão da cooperação Sul-Sul e triangular, e ressaltaram a necessidade de mobilizar recursos de todas as fontes — públicas, privadas, nacionais e internacionais.

Ainda em referência ao financiamento, os participantes solicitaram que as instituições financeiras e de desenvolvimento multilaterais, regionais e bilaterais considerassem o aumento dos recursos financeiros e da cooperação técnica para esses fins, ao mesmo tempo em que enfatizavam a necessidade de revigorar o papel das Nações Unidas quanto aos recursos existentes.

CHAMADO À AÇÃO

Numa apreciação ao final da Conferência, Jorge Faurie, ministro das Relações Exteriores da Argentina, declarou que a reunião trouxe um renovado espírito de apoio à cooperação Sul-Sul. Ele observou que o mundo vive um momento delicado, com tensões resultantes das demandas insatisfeitas dos povos do mundo, e destacou a importância do multilateralismo. Nesse contexto, instou os participantes a transformar o documento final do evento em um roteiro para os próximos anos e traduzir seus compromissos em progressos tangíveis.

Maria Fernanda Garcés, presidente da Assembleia Geral da ONU, avaliou que o documento final da conferência reflete a evolução da cooperação Sul-Sul, mas advertiu que esta deve se adaptar à realidade em evolução. Ela alertou que a transferência Norte-Sul e Sul-Sul de tecnologias — fundamental para o avanço da educação, comércio, agricultura e medicina, entre outros setores — caso não seja usada adequadamente, pode aprofundar ainda mais as desigualdades existentes.

Saúde e qualidade de vida

A cooperação Sul-Sul em saúde é uma realidade global, estimulada por estratégias das agências da ONU. José Roberto Ferreira, um veterano funcionário aposentado da OPAS, considerado um dos Heróis da Saúde das Américas, (honroso título concedido pela organização a poucas pessoas na região) apontou a profunda inserção da organização, desde a emergência do conceito, em 1978, com a Cooperação entre Países em Desenvolvimento (CTPD), estimulado por meio de bolsas, intercâmbio de especialistas e adoção de soluções singulares desenvolvidas por países em desenvolvimento no continente.

Em todos os processos de integração regional de saúde entre países em desenvolvimento, a cooperação Sul-Sul tem papel preponderante na solução comum de problemas e de iniciativas de promoção de melhor governança e melhores práticas nas diversas dimensões dos sistemas de saúde. Para refletir sobre tais experiências e apontar caminhos para catalisar o alcance da “saúde universal”, a OPAS organizou um evento paralelo sobre Cooperação Sul-Sul e saúde, visando o compartilhamento de experiências no setor. A reunião contou com a participação de seis especialistas, que discutiram questões conceituais e metodológicas críticas para o momento atual.

As experiências de cooperação Sul-Sul para o alcance dos objetivos de saúde foram reportadas por Maureen Birmingham, representante da OPAS na Argentina, que discorreu sobre o que vem ocorrendo no país; Esteban Caballero, diretor regional da UNFPA para a América

Latina e Caribe, apresentou questões relacionadas à saúde reprodutiva e migração regional; José Luis Busto, vice-presidente do Instituto Nacional de Doações e Transplantes, na Argentina, relatou a ação do instituto em diversos países da região, numa relevante experiência de cooperação Sul-Sul, em uma especialidade médica de suma importância e que implica em alto nível de solidariedade.

Representante do Brasil, Paulo Buss, diretor do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz), discorreu sobre a cooperação Sul-Sul na era do SUS (últimos 30 anos), mostrando a importância da saúde na cooperação internacional do Brasil, destacando os temas que classificou como “ativos sociais de qualidade” do SUS: Estratégia Saúde da Família, Farmácia Popular, enfrentamento do HIV-AIDS e programa nacional de imunizações, entre outros objetos de cooperação Sul-Sul em saúde com países da América Latina e Caribe e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Coordenador da área de Cooperação Sul-Sul da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), Martín Rivero Illa reportou a valiosa experiência de cooperação Sul-Sul promovida pela organização internacional nos países onde atua, entre eles o programa Gran Chaco — que reúne regiões muito deprimidas do ponto de vista sócio-econômico e sanitário do Paraguai, Brasil, Argentina e Bolívia — e que poderá se constituir num importante espaço de trabalho conjunto destes mesmos países para a implementação da Agenda 2030 e seus ODS, com ênfase particular no ODS3, saúde e qualidade de vida.

Citando exemplos positivos na América latina e no Caribe, ela indicou que o Sul global emergiu mais forte nos últimos 40 anos, desde a adoção do Plano de Ação de Buenos Aires, e avaliou que a solidariedade irá promover um futuro ainda mais brilhante.

Antônio Vitorino, Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM), congratulou-se com o documento final da conferência por realçar as mudanças significativas que vem ocorrendo nas arenas políticas e econômicas internacionais, entre elas a migração internacional, com implicações para todos os países em áreas como saúde, educação, trabalho, comércio e desenvolvimento. Ele apelou para a expansão dos acordos existentes sobre o assunto no contexto da cooperação Sul-Sul, apontando que a migração entre os países em desenvolvimento já excede a registrada do Sul para o Norte.

DO DOCUMENTO À AÇÃO

O compromisso fundamental registrado no documento final da PABA+40 é vincular a cooperação Sul-Sul a soluções

originais, construídas no Sul global para o Sul global — o que equivale dizer “de” e “para” os países em desenvolvimento —, com a implementação da Agenda 2030 do Desenvolvimento e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Não há dúvidas de que a conferência posicionou definitivamente a cooperação Sul-Sul no mapa global, revitalizando seus principais princípios e valores, estabelecidos no histórico documento Plano de Ação de Buenos Aires, de 1974, e reafirmado ao longo de quatro décadas em outros eventos, como a Conferência de Nairóbi, no Quênia, por ocasião das comemorações dos 30 anos do PABA.

O que se espera é que a carta se transforme em resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, marcada para setembro, em Nova York, quando será apresentado a todos os chefes de Estado e de governo. Espera-se também que seja acolhido por um âmbito de mais alto nível “como seu” — como se diz no jargão diplomático da ONU — transformando-se em documento oficial do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (United Nations Office for South-South Cooperation – UNOSSC). 

■ PAULO BUSS É DIRETOR DO CENTRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM SAÚDE (CRIS/FIOCRUZ)